

SUJEITOS E LÓGICA DA PERCEÇÃO

SUBJECTS AND LOGIC OF PERCEPTION

Maria José Barbosa

Diretora do Laboratório de Cidadania de Timor-Leste, projeto integrado na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).
Docente e Investigadora na Faculdade de Direito da UNTL.

Recebido: 11 de junho de 2019

Aceito: 27 de outubro de 2019

Publicado: 17 de novembro de 2019

SUJEITOS E LÓGICA DA PERCEÇÃO

Maria José Barbosa¹

Resumo: Timor-Leste, um dos mais jovens países do mundo, apesar da suas riquezas naturais, apresenta baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH). O sistema político e educativo de Timor-Leste é marcado por impasses que resultam, de entre vários fatores, do embate paradigmático de duas culturas distintas, a ocidental e a timorense. A especificidade da cultura timorense, cuja origem remonta a uma gênese mítica, não criacionista, induz, com frequência, a erros lógicos e incorreções de interpretação hermenêutica. A implementação do sistema democrático moderno, que implica a criação de um Estado de Direito, e do sistema educativo ocidental, de que resultará necessariamente num logocentrismo, encontra na “indefinição do eu” que caracteriza o sujeito timorense, um obstáculo estrutural. Não é nossa pretensão dar início a um estudo da subjetividade timorense ou perscrutar as causas das dificuldades, aparentemente incontornáveis, do impasse civilizacional que encerra a prosperidade do horizonte histórico timorense. O presente artigo, que assumirá um carácter meramente introdutório, tem como objetivo, não o de auferir as causas das dificuldades de Timor-Leste em alcançar e cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável, mas de colocar em referência novos termos de análise para o que pode estar a condicionar o desenvolvimento de Timor-Leste.

Palavras-chave: escrita; corpo; identidade; percepção.

SUBJECTS AND LOGIC OF PERCEPTION

Abstract: Timor-Leste, one of youngest country in the world, despite of its natural resources, presents lowest human development (HDI). The political and educational system of Timor-Leste is marked by impasses that result, among many factors, of paradigms clash between two distinct cultures, a Western and an East Timorese. The specificity of Timorese culture, whose origin goes back to a mythical origin, not a creationist, often induces a genetic error and misinterpretations of hermeneutic interpretation. The implementation of the modern democratic system, which implies the creation of a rule of law, and of the western educational system, which will necessarily result in an logocentrism, find in a “self indefinition” that characterizes the Timorese subject, a structural obstacle. It is not our intention to begin a study

¹ Diretora do Laboratório de Cidadania de Timor-Leste, projeto integrado na UNTL, e Docente e Investigadora na Faculdade de Direito da mesma instituição.
<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.4.67>

of East Timorese subjectivity or to examine as causes of the difficulties, seemingly inescapable, of civil impasse that brings a prosperity to the Timorese historical horizon. The present article, which will assume a merely introductory character, will not be to investigate the causes of East Timor's difficulties in achieving and meeting sustainable development goals, but to put in reference new terms of analysis to what may be conditioning the development of East Timor.

Keywords: writing; body; identity; perception.

INTRODUÇÃO

Timor-Leste, um dos mais jovens países do mundo, não obstante as suas riquezas naturais e a sua reduzida dimensão territorial, o que permitir-nos-ia esperar um alto nível de desenvolvimento económico, humano e social, regista, desde 2016, um contínuo decréscimo do IDH. Após duas décadas da restauração da independência, com a maior parte das receitas da extração de recursos petrolíferos no Mar de Timor a reverterem para o Fundo de Riqueza de Timor-Leste, perfazendo, a 31 de março de 2018, cerca de 16,85 mil milhões de dólares americanos (Gabiente das Fronteiras Marítimas, agosto de 2018, p. 85), Timor-Leste desce da posição 130 para 132, com um IDH de 0,625. Com uma população de 1,3 milhões, mais de metade da população timorense não tem acesso a condições de saneamento e de eletricidade e a taxa de literacia dos adultos (pessoas maiores de 15 anos) é 58,3%, bastante abaixo da taxa de literacia média mundial, de 82,1% (ONU, 2018).

Segundo os dados do relatório EGRA (Early Grade Reading Assessment), de 2017, que incide numa amostra de 128 escolas, com um universo de 6.326 alunos, no que concerne à literacia, apesar de se registar uma melhoria significativa em relação a 2007, somente 14,39% dos alunos inquiridos apresentam evidências de compreensão de leitura no primeiro ano e 39,8% no segundo (pp. 25-26). Segundo o mesmo relatório, 51,55 % das crianças inquiridas do segundo ano, das escolas “não-PLMP” (Professional Learning and Mentoring Program), revelaram-se incapazes de ler uma única palavra de um texto curto de 58 palavras, sendo o resultado de 40% nas escolas onde o programa PLMP foi implementado (p. 53). O desenvolvimento das competências de

matemática são igualmente críticas, documenta o mesmo relatório (p. 63). Tal significa que um número significativo de crianças, somente no terceiro ano de escolaridade, começa a desenvolver competências de literacia e numeracia. Considere-se, como dado preliminar, que, até à independência, o currículo da educação básica em Timor-Leste era, sobretudo, o do indonésio. Após 2002, ano da restauração da independência, é implementado um currículo alternativo, o do modelo português. Não obstante as aulas serem ministradas em língua tétum, o nível de proficiência linguística em tétum e em português, dos professores e alunos, é muito baixo. Este cenário encontra-se igualmente relatado no artigo de Isaura de Deus, “O Futuro”, de 18 de fevereiro de 2019, editado no jornal Timor Post (p. 17).

São inúmeros os fatores que justificam o cenário retratado, contudo, e tal como nos propusemos concretizar, é nosso interesse introduzir novos termos de análise, que nos permita afastar dos efeitos de superfície do que acreditamos ser um dos principais fatores para o fraco desenvolvimento humano e, sobretudo, no que concerne aos resultados do sistema educativo de Timor-Leste.

Pretender-se-á, por tal, refletir sobre as dificuldades de desenvolvimento da escrita numa sociedade de tradição oral. Ora, é indiscutível que as competências de escrita são tão necessárias para o desenvolvimento da ciência como para o da democracia, cuja ordem subjaz na lei escrita. Sendo inegável a existência de múltiplos fatores que concorrem para o insucesso registado, advogamos que muitos não estão na origem do problema, mas são efeitos de superfície (consequências) de uma causa maior. No desejo de incitar um novo olhar paradigmático, ou seja, precisar os reais contornos epistémicos do “choque cultural” e determinar as suas consequências, mais do que determinar os factores e evidências que possam estar a contribuir para o atual cenário. Por tal, orientar-se-á a investigação para os mecanismos inconscientes da formação da identidade, discernindo a identidade individual da coletiva timorense, sendo que ambas são estruturalmente edificadas no escopo da oralidade, como intentaremos demonstrar, o que poderá constituir um forte obstáculo ao desenvolvimento de competências lógicas necessárias à resolução dos impasses políticos e educacionais que marcam a atualidade timorense.

Para tal, tentar-se-á determinar, num primeiro momento, o que verdadeiramente significa “pertencer a uma cultura oral”, o que implica discernir subjetividade individual da coletiva, e de que forma estas duas identidades concorrem entre si na apropriação da escrita, impondo-se como obstáculo ou promovendo-a, e qual a sua relação com a leitura. O “embate paradigmático de duas culturas distintas” que fizemos anteriormente referência, é o choque entre a cultura da oralidade (timorense – no que esta tem de singularidade) e a cultura da lógica escrita (ocidental).

O SUJEITO E A ESCRITA

A escrita e a leitura, embora de natureza distinta, são as duas dimensões interdependentes e indissociáveis entre si. A crença que a criança aprende e desenvolve a escrita pela leitura, muitas vezes associada à prática de transcrição de texto, é totalmente errónea. A criança, desde muito cedo, experiencia o processo de construção textual, ao interagir com os adultos, processo pelo qual desenvolve as competências linguísticas. É nesta relação linguística que a criança passa, progressivamente, do registo linguístico com que visa suprir necessidades (biológica) para o registo da demanda de amor (primeiro laço social). O contacto da criança com a leitura é de natureza distinta, marcado, sobretudo, pela curiosidade e espontaneidade face à possibilidade de descobrir novas narrativas, cuja vivência o seu quotidiano não lhe proporciona. Contudo, esta procura de narrativas adicionais, manifesta-se de modo distinto nos sujeitos de cultura oral dos de tradição escrita.

Ambos os suportes, oralidade e escrita, sustentam a transmissão da palavra. Mas o que releva precisar é o que assegura a eficácia da palavra enquanto laço social, e como varia da tradição oral para a tradição escrita. Assim, se na tradição ocidental, a palavra escrita preserva o “sopro de vida” que enlaça e legitima relações sociais, na cultura de tradição oral, sem a palavra falada, a sabedoria do povo se torna ineficaz. O lugar de preservação e sustentação da identidade do povo, na cultura ocidental, é na palavra escrita, enquanto que nas culturas de tradição oral, é na palavra falada. Este distinção é crucial na edificação da identidade individual e coletiva.

A escrita consagra e regula, na cultura ocidental, a relação de poder entre a produção (saber-fazer) e a distribuição do (suposto) saber. A escrita carece de uma superfície de inscrição, desde as Tábuas de Moisés, cuja legitimação assegura não só a objetivação dos traços representativos como o poder da sua significação. Os significantes que fazem cifra (letra) no corpo dos sujeitos, instituindo neles os traços de uma identidade cultural, são os que consagram a relação do gozo (capacidade de sentir o sentido) com a verdade (estado de crença do sentido). Esta cartografia sensível, estabelece e legitima os circuitos de visibilidade e de “dizibilidade”. Este mapeamento traça a sua própria escrita, ao ficar gravada no corpo dos indivíduos.

ESCRITA E IDENTIDADE

Sendo que, tal como afirmamos anteriormente, é nosso desejo orientar a nossa investigação tão próximo quanto possível ao cerne epistémico do tema em análise, que é para nós os mecanismos inconscientes. À luz da teoria psicanalítica, há dois momentos cruciais da emersão da identidade do sujeito, o estádio de espelho – no qual a criança adquire uma imagem de si na relação com o mundo exterior – e a inclusão da criança na linguagem – processo cuja origem antecede ao nascimento da mesma.

O estádio de espelho, que marca a viragem decisiva no desenvolvimento mental da criança, assinala a essencial relação libidinal do homem com a imagem do seu corpo. A *Gestalt (imago)* do corpo não é uma imagem do corpo biológico, mas o processo pelo qual a unidade corporal é captada e assimilada na forma de um corpo. Associado ao processo de identificação do sujeito à *imago* está o da inscrição do sujeito no discurso do Outro (simbólico, cultural e legitimador), que o *eu* acredita ser o seu (Lacan, 16/05/1956, p. 274). O sujeito aparece, na conceção lacaniana, quando começa a fazer lógica, isto é, quando começa a articular significantes. Esta entidade, progressivamente dotada de uma identidade cultural, é um sujeito encarnado, isto é, sujeito cujo corpo estão inscritos o código dos estigmas, dos preconceitos, é um corpo performativo. O código cultural que se grava no corpo da criança que (se) olha ao espaço, traçará para sempre os gestos de realização e emancipação do indivíduo-criança. O estádio do espelho, reiterando o já afirmado em trabalhos anteriores,

() mais do que um estádio ou uma experiência de espelho, define o advento da alteridade. A criança ensaia-se indivíduo enquanto dança com a sua imagem refletida no espelho (que pode ser o olhar da mãe). Pese embora o *eu* se sinta uno e idêntico a si mesmo, a sua identidade depende da relação imaginária entre o corpo virtual (corpo-imagem), o significante (corpo-fala) e a libido (corpo-gozo). (Barbosa, 2016, p. 34).

O simbólico, onde gradualmente o nome da criança é inscrito, antes mesmo do seu nascimento, funciona como um universo ou totalidade no interior da qual tudo o que é humano recebe uma ordem. Esta é a dimensão que se encontra no cerne da linguagem e no da ordem do mundo (Lacan, 01/12/1954, p. 44). Cabe ao universo simbólico assegurar as corretas correspondências entre o mundo e seus objetos, tal como se apresentam nas estruturas já constituídas no *eu* (imaginário) que se vai edificante. O *eu* imaginário, no que diverge do *eu* simbólico, recebe os traços de uma escrita singular, é o *eu* individual.

No artigo *Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*, Lacan postula que a impregnação da vida do homem de «símbolos», rede cuja força simbólica desenha o destino dos sujeitos pelo poder da palavra, “condena” ou “salva” os indivíduos segundo as possibilidades do «Verbo» (09/1953, p. 277). Por «Verbo» entende-se o *logos* encarnado (Lacan, 09/1953, p. 293). Neste enquadramento, o pressuposto do *ser-do-sujeito* ser absolvido pelo Verbo, significa lograr a realização do *ser-para-a-morte* (Heidegger, 1927), ou seja, concretizar a especial capacidade de reconfigurar a ordenação simbólica na qual fomos (pré)configurados para, no interior dela, gravarmos os traços da nossa individualidade, os que nos tornam únicos face aos demais sujeitos.

ESCRITA E LIVRO

A tradição ocidental, ao contrário da tradição oriental, tanto no modo de pensar como de escrever, alimentou-se da exemplaridade do livro em que a palavra se fez carne. A estrutura originária do pensamento ocidental acolhe, na unidade divina, o pensamento humano e o próprio mundo, ao unificar todos os seres e coisas numa tela indistinta, em que o todo seria igual às suas

partes. Esta escrita mapeia e enquadra às múltiplas dicotomias – corpo/alma; imagem/matéria; virtual/real; sensível/inteligível; natural/artificial – que, por sua vez, condicionam determinadamente o ser do homem.

O jogo simbólico é o jogo do ser, o do sentido vital, o que capta e aprisiona o sujeito a um enquadramento perceptivo, em relação ao qual podemos somente simular infringir a *lei*. A lei é, primordialmente, divina. A verdade das profecias sagradas, que desde a primeira teologia (judaica) é da ordem da lei escrita, sob influência do aristotelismo, converte-se na verdade da imaginação poética (Barbosa, 2013, p. 13). A transferência da verdade teológica para a verdade poética (a de Homero e Hesíodo) garante a validação do figural (da ordem do sagrado) para a validação figurativo (linguagem figurativa das imagens poéticas e literárias). Somente na modernidade, a função figurativa desliza novamente para a função figural, com o aparecimento das leis científicas e, mais tarde, com a consagração da verdade política, pelo nascimento dos Estados e suas constituições. O trabalho de depuração e aprimoramento da escrita, seja de natureza lógica ou escatológica, constante na história ocidental, assegura a unidade de sentido entre os processos de inscrição de sentido e as condições de possibilidade de percepção e emancipação do(s) sujeito(s).

A ESCRITA E O CORPO NA CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

Para melhor entendermos o que agora se afirma, temos de transitar do enquadramento teórico psicanalítico de Jacques Lacan, que permitiu abordar as questões da identidade pessoal, para o de Jacques Rancière, o inconsciente estético, sede e fundamento da identidade coletiva. Pretender-se-á, na presente etapa do trabalho, demonstrar que, na cultura ocidental, a identidade coletiva edifica e estrutura-se na relação com a “letra” e o “verbo”.

A cultura ocidental adveio da articulação entre dois sistemas de pensamento: a cultura grega e a cultura judaico-cristã. Tanto no seu modo de pensar como de escrever, a tradição ocidental foi fundada na exemplaridade do livro

em que a palavra se faz carne. Rancière, em *La Chair des mots – Politiques de l’écriture* (1998), afirma que o relato bíblico assegura, mais do que transmissão de saberes, o testemunho do verbo encarnado na e pela escritura sagrada.

A figura bíblica de Noé, por exemplo, carpinteiro e profeta, integra e articula uma dupla dimensão (que fizemos já alusão anteriormente): a da realidade figurativa – dimensão composta do seu relato e da produção material (barco) – a da realidade figural da relação do *corpo por vir* de sua verdade (profecia) (Rancière, 1998, pp. 94-95). Esta dupla dimensão congrega a cartografia sensível e escatológica da cultura ocidental desde a sua génese. No “corpo” de saber da verdade teológica congrega, de igual modo, quatro segmentos – espírito, letra, verbo e carne – que mapeiam e definem a sensibilidade da cultura ocidental. Estes segmentos ordenam-se nas seguintes proporções: “a letra da Escritura converte-se em espírito na mesma proporção que o verbo se converte em carne” (Barbosa, 2013, p. 10). Tanto relato do milagre dos peixes, do Evangelho de São João (21: 1-14), como a profecia de Jesus a Pedro, segundo a qual Pedro negaria conhecer Jesus três vezes antes de o galo cantar (MT 26, 69-74), capta a forma como a presença do Verbo feito carne se manifesta numa experiência do quotidiano. Ambas passagens são redigidas, em caracteres sagrados, sob a lógica de conversão da função simbólica numa narrativa prosaica, a que projeta a narrativa em direção, não à realidade que foi, mas àquela que deve ser (Barbosa, 2013, p. 10).

Desde sempre na cultura ocidental, pela escrita, o pensamento torna-se palavra para se converter, posteriormente, em pensamento, e as ideias constituem-se em matéria, convertendo-se de seguida em ideias. Ocorre, desta forma, o entrelaçamento entre o dizível e visível, instituindo-se entre eles um espaço específico de criação e imitação (Barbosa, 2013). A escrita, que na génese esteve consagrada, de modo indissociável, à palavra da vida, foi sacrificada e reduzida à pura materialidade insana na literatura democrática romanesca (2013, p. 60). Sob o princípio da igualdade, a cultura democrática romanesca enobrece os relatos do quotidiano, revestindo-os do mesmo carácter de excecional dos heróis trágicos da literatura clássica. A palavra serve agora para embelezar um relato prosaico.

Este é o programa político da Europa moderna que legitima, pela criação das constituições, o nascimento dos Estados. Consagra-se, no momento da fundação dos Estados Ocidentais, de modo inextrincável, a ordem escrita e o sentido escatológico da narrativa que assegurará a formação das identidades individuais e coletivas. O nascimento dos Estados modernos é o culminar de sucessivos deslizos, que viabilizaram a transferência do princípio ordenador e do sentido escatológico da escrita divina para a dimensão humana.

Progressivamente, os gestos quotidianos tornaram-se num enorme poema fantástico, fazendo desaparecer, progressivamente, a distinção entre o prosaico e o heroico, entre as grandes narrativas, que aproximavam o homem da divindade, e as experiências da vida insignificante e fugaz do quotidiano. A modernidade, marcada por temporalidades distintas, resulta de diferentes texturas sensíveis, em que a arte e a vida se enredam incessantemente. Rancière identifica três cenários distintos resultantes desta deriva, em que a arte torna-se vida, a vida torna-se arte e a arte e a vida trocam entre si as suas propriedades (*The aesthetic revolution and its outcomes*, 2002).

Acresce, para além do já asseverado, que a escrita com base no alfabeto ocidental, que pretende materializar os sons fonéticos pela adição de letras (aproximação da escrita à fala), encontra como princípio ordenador de significação, o que rege a sequência das palavras e das frases, os fundamentos da lógica aristotélica, nomeadamente, os princípios da identidade, da não contradição e do terceiro excluído. Segundo este esquema, o *logos*, enquanto materialização da voz, reproduz a verdade e que, por consequência, garante a presença do Ser. Tal princípio justifica porque, na metafísica ocidental, os fenómenos são ordenados binariamente – ser/não-ser; bem/mal, certo/errado; presença/ausência; unidade/multiplicidade; *logos/mythos*; racional/não-racional, etc. –, ordenado os factos na sua relação com o ser ou não ser, e hierarquizou-os segundo a estrutura de “causa primeira”, princípios e suas derivações. Como afirma Marcelo Moraes, com base na crítica que Derrida dirigiu a Lévi-Strauss:

O pensamento logocêntrico, isto é, um pensamento preso ao rigor da lógica, do sentido, da razão e da verdade, estruturou o “pensamento” e possibilitou uma configuração ajeitando posições e lugares que de um modo ou de outro acabaram por determinar as regras do jogo. Dessa forma, as ciências,

enquanto, ciências humanas, ciências da natureza e do conhecimento, a partir dessa configuração, criaram um modelo de ver e pensar singular nas disciplinas do conhecimento, ou seja, determinando seus objetos de investigação sempre a partir desses critérios, privilegiando a razão como único modo de pensar. Assim, exclui e rejeita outras formas de se fazer filosofia. (Moraes, 2013, p. 139).

Por oposição, as composições narrativas das tradições orais privilegiam o fragmento e a composição. A prática de escrita por bricolage, própria das comunidades de tradição oral segundo Lévi-Strauss, consome formas para produzir as narrativas. Desta prática, reconhece-se a precedência da forma mítica sobre qualquer conteúdo de uma narrativa. A estrutura é mais importante do que o vocabulário, defende Lévi-Strauss (Lévi-Strauss, 2003). Reiterando o afirmado em trabalhos anteriores:

Quer o mito seja recriado pelo sujeito, quer seja confiado da tradição, ele só absorve das suas fontes o material de imagens que ele emprega, mas a sua estrutura psíquica, através da qual a função simbólica se realiza, permanece inalterável. Na análise de um texto indígena de cariz mágico-religioso, Lévi-Strauss advoga que a linguagem constitui a via privilegiada de condução à consciência de tudo o que se encontra inconsciente e residindo no corpo de um qualquer indivíduo, seja de natureza psicológica, fisiológica e/ou social. (Barbosa, 2013, p. 21).

A cultura oral primária, como esclarece Walter J. Ong (1998), preocupa-se menos em preservar o conhecimento e mais em preservar as habilidades de composição a partir de um *corpus* abstrato, independente. Neste seguimento, Walter J. Ong afirma:

A escrita alimenta abstrações que afastam o conhecimento da arena onde seres humanos lutam entre si. Ela separa aquele que conhece daquilo que é conhecido. Ao manter o conhecimento imerso na vida cotidiana, a oralidade o situa dentro de um contexto de luta. Provérbios e enigmas não são usados simplesmente para armazenar conhecimento, mas para envolver as pessoas em um combate verbal e intelectual. (Ong, 1998, p. 55).

A renovação do *corpus* literário não se processa pela rutura, mas antes pela sobreposição, colagem, retificação – bricolage, portanto. A composição final preserva as características da inicial, abstrata e independente. A mestria

do narrador nas culturas orais, não é de assinalar evidências e concretizar deduções, mas em saber converter as unidades de significação em unidades de emoção. Nas palavras de Walter J. Ong (1998):

As culturas orais obviamente não possuem dicionários e têm poucas discrepâncias semânticas. O significado de cada palavra é controlado por aquilo que Goody e Watt (1968, p. 29) chamam de “ratificação semântica direta”, isto é, pelas situações da vida real em que a palavra é usada aqui e agora. A mente oral não está interessada em definições (Luria, 1976, pp. 48-99). As palavras adquirem significados somente de seu habitat real sempre constante, que não consiste meramente, como num dicionário, em outras palavras, mas inclui também gestos, inflexões vocais, expressão facial e todo o cenário humano e existencial, em que a palavra real, falada, sempre ocorre. Os significados da palavra nascem continuamente do presente, embora os significados passados obviamente tenham moldado o significado presente em muitos e diferentes aspectos, já não reconhecidos. (p. 58).

A violência é um traço comum nas formas artísticas orais. A descrição do sofrimento físico nas narrativas orais explicam, em parte, a agressividade nas restantes formas artísticas, como a dança, e nos gestos quotidianos.

Este mapeamento conceptual tem implicações a nível sociopolítico. A percepção de indivíduo é, inequivocamente, particular no mundo ocidental. A ordem dos factos, seja na explicação causal dos fenómenos seja no princípio regulador da justiça é igualmente distinta nas duas culturas. A princípio da ação do indivíduo ocidental, e sua justificação, é reportada à capacidade racional do mesmo e, em última instância, à natureza da sua alma. À alma, que corresponde à essência do sujeito ocidental, é reportada a punição ou compensação dos seus feitos. Alma e indivíduo são uma só entidade e tem uma natureza própria (propensa para realizar o bem ou o mal).

Distintas crenças de concepção de alma, núcleo de toda a metafísica, origina distintos princípios reguladores de ordem social e de justiça. A crença da alma enquanto sujeito, que permitir-lhe-á a identificação da essência do seu “eu”, impele o sujeito a procurar uma ordenação social e satisfação pessoal pela realização de factos que estejam consignados, nas narrativas teológicas e romanescas, como possibilidades de aproximação à perfeição divina ou semidivina (heroica). O homem ocidental, como esclarece Heidegger:

o ato de pensar os semideuses – segundo ouvimos – conduz, como tal, diretamente, para as áreas mutuamente relacionadas do Ser Humano e do Ser divino, e de tal forma que tenta alcançar essas áreas no seu relacionamento enquanto tal, e não se coloca como que entre elas, quais zonas limítrofes indiferentes. (Heidegger, 2004, p. 173).

Já nas tradições orais, o mito aparece no sentido originário e ordenador. O sentido da explicação causal dos fenômenos, que reporta, de maneira geral, aos mitos fundadores, às divindades, aos heróis, aos antepassados (etc.), tem como princípio normativo e regulador (de justiça) o de retribuição, à semelhança da tradição judaico-cristã. Contudo, e no que difere, a alma não coincide com o sujeito. A alma encontra-se distribuída nos homens, nas coisas e na natureza, o que permite dissociar a origem da ação da punição da mesma. Neste cenário, o vínculo jurídico originário funda e legitima a transferência da responsabilidade da ação e, conseqüentemente, da punição, do homem para a alma, compreendida ela mesmo como autoridade divina. Embora o princípio de retribuição esteja na gênese do direito positivo, a ordenação social e a relação do homem com o sentido de justiça, é totalmente divergente. Acentuar este hiato cultural, que influencia determinadamente o sucesso dos projetos de transposição de modelos educativos e sistemas políticos de uma cultura ocidental para um tipo de cultura distinto, está a crença de que a justiça é uma qualidade dos deuses. A justiça assegura o princípio da retribuição por ser de natureza divina. A ideia de divindade injusta é uma contradição (lógica) já no pensamento grego, como prova Henrique Garbellini Carnio, com base na obra de Hans Kelsen:

A *Ilíada* representa a luta contra Tróia e sua destruição como justa retribuição pelo crime que Paris – que representa Tróia – cometeu contra Menelau – que retrata os gregos. A queda da cidade de Tróia é um ato de retribuição por outro crime, a violação do tratado concluído entre as partes que estabelecia que a guerra seria decidida por um duelo entre Paris e Menelau.

A crença nos deuses e suas orações e pedidos de justiça tornam a luta como um juízo de Deus mediante o qual o malfeitor seria castigado. Os troianos quebram o tratado ao ferir Menelau com uma flecha que justifica ainda mais a crença nos deuses pela justa reparação do acontecido. Essa expressão de uma fé

inquebrantável na justiça divina, que é a retribuição, enquanto lei inviolável que, se não alcança resultado imediato garante um efeito futuro, é o mote de toda atitude e postura no confronto entre os gregos e troianos. (Carnio, 2008, p. 53).

Finalizada a nossa exposição, esperamos ter contribuído para um novo olhar sobre a pertinência e eficácia dos programas políticos de democratização e dos programas de alfabetização, usualmente desenvolvidos por coletividades oriundas da cultura de tradição escrita para serem implementados em contexto cultural de tradição oral, que encontram na intransponibilidade dos mapeamentos mentais o motivo da sua incomunicabilidade e, conseqüentemente, do insucesso dos mesmos.

CONCLUSÃO

Em modo de síntese, considere-se que a cultura ocidental obedece um programa de emancipação individual e colética, que coloca em articulação, pela escrita, os feitos de ordem divina e os de ordem humana. Esta matriz do pensamento ocidental, cuja gênese remeter-nos-á para a exegese judaico-cristã, continua a operar no programa do homem da modernidade, independentemente deste enveredar pelos caminhos da ciência (leitura e decifração dos sinais da natureza) ou da política (redação das constituições fundadoras dos Estados modernos). Esta configuração, que determina a relação do ímpeto de criação com o da descoberta, que se realiza pela escrita e leitura, não se repete no mundo oriental, distanciando-se, em definitivo, das culturas de tradição oral.

A relação entre o figurativo (literatura romanesca) e o figural (literatura teológica) é perene, não obstante o estado de orfandade da letra (o afastamento do homem da divindade). Na falta de uma ordem absoluta, ou de um Grande Outro (Deus), que “assegure” a correta disposição das coisas e das ações num todo orgânico e harmonioso, os movimentos próprios da vida perdem o seu sentido teleológico, fazendo que Deus, Homem (Eu) e Mundo desapareçam, como se verifica no quadro teórico kantiano (antinomias da razão). Esta desativação do centro orientador da história, que legitimava o empréstimo dos gestos

de ritos sagrados ao gestos de criação e de realização do homem, tornou difusa as formas puras da linguagem do corpo que colocava em rede as palavras, as imagens e a sua significação.

Em virtude da falência das utopias da modernidade, vivemos a contradição máxima de que qualquer “coisa” pode entrar na esfera do heroico ou excecional e vice-versa. Os grandes gestos de criação perderam, progressivamente, o seu traço de feito excecional e, por tal, todo o relato quotidiano pode assumir, ainda que momentaneamente, o carácter de extraordinário. Esta crise identitária, resultante do afastamento do sujeito dos ideais identitários, deixa-o preso ao gozo do outro. Pese embora o *Eu* (moi) se sinta uno e idêntico a si mesmo, a sua identidade depende da relação imaginária entre o corpo virtual (corpo-imagem), o significante (corpo-fala) e a libido (corpo-gozo). Mas, na falta de valores simbólicos que norteavam o ser e o fazer do homem ocidental, este fica preso aos circuitos viciosos da demanda e do desejo que ora remete o quotidiano para o campo da excecionalidade ora o remete para o anonimato. Ao contrário da cultura oral, altamente polarizado, agonístico oral, do bem e do mal, da virtude e do vício, dos vilões e dos heróis, o elogio da cultura letrada é efémera e fugaz.

Não obstante, apesar da confusão das escrituras, o sujeito da cultura ocidental não se afasta da senda da letra, isto é, recebe da escrita o traço identitário que marca o seu modo de existir, o que não ocorre na cultura de tradição oral, em que a escrita não possui presença visual, não passam de sons com que se produz, indefinidamente, emoções. Esta discrepância das composições mentais e perceptivas não só inviabiliza qualquer programa político de democratização e de literacia, como origina o choque cultural que reforça o “mal-estar da civilização” de tradição oral.

REFERÊNCIAS

Barbosa, M. J. (2013). *Emancipação intelectual na cultura cibernética (Tese de Mestrado)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Barbosa, M. J. (30 de 09 de 2016). *Do Sujeito e da Máquina a partir do ensino de Lacan (Tese de Doutorado)*. Obtido em 04 de abril de 2019.

<https://philarchive.org/archive/BARDSE-4>

Carnio, H. G. (2008). *Direito e Antropologia (Mestrado em Direito)*. São Paulo, Brasil: PUC-SP.

Deus, I. d. (18 de fevereiro de 2019). O Futuro. *Timor Post*, p. 17.

Gabiente das Fronteiras Marítimas. (agosto de 2018). *Novas Fronteiras - Conciliação histórica de Timor-Leste sobre as fronteiras marítimas no Mar de Timor*. Governo da República Democrática de Timor-Leste.

Heidegger, M. (1927). *Sein und Zeit*. Alemanha: Verlag Vittorio Klostermann.

Heidegger, M. (2004). *Hinos de Holderlin*. (L. Nahodil, Trad.) Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

Lacan, J. (01/12/1954). L'univers symbolique. Em *Le Séminaire Livre II - Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse* (1978 ed., pp. 39-53). Paris: Éditions du Seuil.

Lacan, J. (01/1963). Passage à l'acte et acting out. Em *Le Séminaire, Livre X - L'angoisse* (2004 ed., pp. 135-152). Paris, França: Éditions du Seuil.

Lacan, J. (09/1953). Fonction et champ de la parole et du langage. Em É. d. Seuil (Ed.), *Écrits I* (Nouvelle Édition - Texte Intégral, 1999 ed., pp. 235-321). Paris, França: Éditions du Seuil.

Lacan, J. (16/05/1956). Conférence : Freud dans le siècle. Em *Le Séminaire Livre III: Les psychoses* (1981 ed., pp. 263-277). Paris: Éditions de Seuil.

Lacan, J. (16/11/1966). Leçon I. Em *Le Séminaire Livre XIV: La logique du Fantasma* (pp. 4-24). Paris: Staferla. Obtido em 20 de jan. de 2013.

<http://staferla.free.fr/S14/S14.htm>

Lévi-Strauss, C. (2003). L'efficacité symbolique - Cap. X. Em *Anthropologie structurale* (pp. 213- 234). Paris, França: Agora, Ed. Plon.

Moraes, M. (abril de 2013). A crítica de Derrida ao etnocentrismo não declarado de Lévi-Strauss. *Ensaio Filosóficos, VII*, 137-155.

Ong, W. J. (1998). *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. (E. A. Dobránszky, Trad.) Campinas, SP: Papirus.

ONU. (14 de setembro de 2018). Progresso no desenvolvimento humano marcado por “grandes desigualdades”. *ONU News*.

Rancière, J. (1998). *La Chair des mots - Politiques de l'écriture*. Paris: Galilée.

Rancière, J. (Março-Abril de 2002). The aesthetic revolution and its outcomes. *NLR14*. (N. L. Review, Ed.) Reino Unido.

Timor-Leste, M. d. (2017). *EGRA (Early Grade Reading Assessment)*. Díli: Ministério da Educação de Timor-Leste.

Direitos Autorais (c) 2019 Maria José Barbosa



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)